

CONSULTA POPULAR 2025

**CADERNO DE DEMANDAS
ELEGÍVEIS
COREDE Serra**



FICHA TÉCNICA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-governador: Gabriel Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretária: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Scarparo

Subsecretário Adjunto de Planejamento: Alessandro Martins

COORDENAÇÃO

DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO

Diretor: Bruna Mariana Blos Hepp

Equipe técnica: Christiano Moritz da Silva • Cleuzimar Pereira Flores Berthes da Silva • Leandro Garcia da Silva •

Letiele Emmel do Nascimento • Rosangela Maristela Pretto • Stanly Joel Taranger • Vitória Bitencourt Ferreira



COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	20	Turismo	1144/0321	Desenvolvimento do turismo local como vetor da economia gaúcha	O turismo tem se consolidado como uma atividade econômica estratégica, capaz de gerar emprego, renda e fortalecer a identidade cultural dos territórios. Em um momento em que os municípios gaúchos buscam alternativas sustentáveis para o desenvolvimento, o turismo surge como um vetor dinâmico e transversal da chamada nova economia — baseada na valorização do local, na inovação, na criatividade e na integração entre setores. Apesar de seu potencial, muitos destinos enfrentam desafios como a falta de infraestrutura adequada, ausência de promoção coordenada e necessidade de qualificação dos serviços turísticos. Esta proposta busca justamente apoiar os municípios na superação desses entraves, por meio de investimentos em infraestrutura turística, sinalização, capacitação de empreendedores e promoção integrada dos roteiros e produtos locais. Ao estimular o turismo em nível local, a iniciativa contribui diretamente para a dinamização das economias regionais, para a valorização do patrimônio cultural e natural, e para o fortalecimento das comunidades envolvidas. Está alinhada à Política Estadual de Turismo e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, e ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis), reforçando o papel do turismo como eixo estratégico para a transformação econômica e social no Rio Grande do Sul.	Veranópolis
Serra	22	Justiça e Direitos Humanos	1146/0321	SEU CAMINHO: SEU DESTINO Justiça Restaurativa/ Círculos de Construção de Paz com adolescentes em conflito com a Lei.	Mesmo com os inestimáveis avanços na área da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, no que se refere à temática adolescência e ato infracional, a sociedade brasileira apresenta-se ainda resistente, com um olhar “preconceituoso” e com atitudes individuais e coletivas consoantes, distantes dos pressupostos da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Essa postura pode ser identificada, por exemplo, na defesa aberta pela redução da maioridade penal por muitos segmentos da sociedade e nas atitudes de convivência com diferentes tipos de violência impostos às crianças e aos adolescentes. A sociedade tapa os olhos ou vira a face para a crescente violência que está se alastrando entre nossos jovens, para muitos que estão acomodados em seus sofás ou cadeiras confortáveis, acreditam na vida cotidiana tranquila, “enquanto não for no meu quintal está tudo bem...” mas o ciclo no qual a invisibilidade social só se faz desaparecer, muitas vezes, pela visibilidade de um ato infracional, permanece. E a “Fábula da Ratoeira” continua sendo um ótimo exemplo para quem não conhece o sentimento da Empatia: nesta fábula podemos refletir sobre como nossas omissões e nossa falta de sensibilidade com o outro acaba por nos prejudicar também. Transformação da realidade e a instauração de uma nova ética na atenção ao adolescente em conflito com a lei somente serão possíveis com mudanças de mentalidades e de atitudes. Para tanto, a sociedade está convocada a contribuir com a “desconstrução” da violência simbólica que se faz presente nos discursos e nas ações dos indivíduos que fazem parte desta sociedade, que degradam e humilham, e/ou tratam com insensibilidade e indiferença o adolescente, criando barreiras definitivas para que ele consiga trilhar um caminho diferente. Pretende-se que esse projeto possa contribuir para a ampliação do campo de conhecimento e de ação daqueles que, como nós, buscam outra realidade. A fim de promover uma Cultura de Paz, de segurança, bem-estar, boas condutas de cidadania e efetivação de Direitos e Deveres, foi criado o respectivo projeto na busca de ofertar trabalho de prevenção, articulando com outros atores para conjuntamente contribuir com nossa proposta. Nas últimas décadas, a problemática da violência e da contravenção juvenil tem sido o motivo de preocupação e estudos, tanto nacional como internacionalmente. Os gestores de políticas públicas e sociais questionam a efetividade das respostas penais, bem como os limites estruturais no atendimento do adolescente em conflito com a lei. A sobrecarga dos tribunais, a lentidão, os custos, a burocracia judicial, reincidência no crime, são alguns exemplos relevantes da necessidade de mudanças no paradigma de resolução de conflitos. Várias abordagens teóricas discutem a ineficácia das práticas dos sistemas de justiça no atendimento e tratamento do contraventor. O sociólogo jurídico Faget, 1997, enfatiza que o tratamento repressivo dos conflitos tende a satisfazer temporariamente a demanda social, mas não resolve efetivamente o conflito em toda a sua dimensão. Desta forma buscamos através da Justiça Restaurativa, Círculos de construção de paz, fortalecer vínculos familiares e comunitários do adolescente autor de ato infracional. Proporcionar a conscientização do ato praticado. Buscar estabelecer responsabilidades. Contribuir para a prevenção da violência entre adolescentes. Identificar as necessidades não atendidas, a fim de restaurar os vínculos sociais e a solução do conflito. Buscar parceiros na área do comércio, indústria, nas Universidades e sociedade em geral. Contribuir para uma melhor convivência entre nossos jovens, e desta forma promover pacificação social.	Bento Gonçalves
Serra	42	Desenvolvimento Urbano	1170/0321	Asfaltamento e melhoria da pavimentação urbana	Preferia que houvesse uma opção de escolha sobre segurança pública, mas como não há, escolho o investimento em pavimentação urbana que atualmente está precário em nosso município. A atual pavimentação de paralelepípedos fica desvelada por conta do trânsito pesado de caminhões, se soltam com qualquer chuva causando risco de quedas de moto, ou danos mecânicos.	Antônio Prado
Serra	55	Trabalho e Desenvolvimento Profissional	1193/0321	cursos de qualificação profissional	Preparar mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho	Nova Prata
Serra	169	Trabalho e Desenvolvimento Profissional	1355/0321	Cursos profissionalizantes	Oferta de cursos de capacitação, nas mais diversas áreas, como elétrica, hidráulica, solda, torneiro mecânico. Em parceria com o Senai e outras instituições de ensino. Sendo que os mesmos podem ser realizados por outros municípios.	União da Serra
Serra	189	Desenvolvimento Econômico	1385/0321	Apoio ao fortalecimento do APL do Basalto da Serra Gaúcha	Apoio ao APL do Basalto da Serra Gaúcha que envolve 17 municípios, uma economia com 150 empresas e 5.000,00 empregos. Buscando inovação, tecnologia, capacitação e inserção no trade turístico regional pretende desenvolver um Plano de Ação que possibilite à cadeia do Basalto melhoria em sua competitividade e ganhos de economia em sua cadeia de valor.	Nova Prata

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	220	Turismo	1422/0321	Sinalização Turística da RS 437 entre Antônio Prado e Vila Flores	A ERS 437 é a estrada que liga a BR 470 à ERS 122, duas das principais vias de tráfego da região da Serra Gaúcha. Esta estrada percorre o centro do município de Antônio Prado fazendo a ligação pelos interiores dos dois municípios até chegar na área central de Vila Flores. Atualmente, além dos trechos centrais dos municípios, o percurso conta com aproximadamente 23Km pavimentados ou com calçamentos, restando outros 10Km por asfaltar que já foram licitados e dado o início de obra pelo Estado do Rio Grande do Sul. A estrada passa por áreas de intensa produção agrícola e interliga relevantes pontos de interesse turístico, daí a importância de se concluir sua pavimentação e sinalização, garantindo um caminho que permitirá o fortalecimento, a ampliação e o aprimoramento da atividade turística, não apenas localmente, mas com reflexos importantes para toda a Serra Gaúcha. É uma alternativa de acesso e consumo de serviços e atrativos turísticos, pela diversidade de equipamentos turísticos junto ao trajeto e também pela beleza cênica da região. Otimizando a mobilidade entre e inter-regional acessa-se, com significativa diminuição de quilometragem, a cidade de Antônio Prado, Nova Roma do Sul, Ipê, Flores da Cunha e outros limítrofes vizinhos de território. Bem como, possibilita a captação de turistas de grandes polos emissores como Passo Fundo no qual o trajeto diminuiria em mais de 100 quilômetros para acessar a região posterior a Vila Flores. Gera redução do custo com transporte e deslocamentos entre os percursos: inclui-se a isso o deslocamento em direção ao litoral do RS, via BR 116 e BR 101. Outra premência, é liberar o trânsito intenso da BR 470, especialmente na serra do Rio das Antas. Também, como rota alternativa quando houver algum obstáculo natural ou acidente, como desvio seguro. Os destinos turísticos já consolidados serão conectados através de vias atrações ímpares, ou seja, a paisagem cultural, o acesso facilitado também à Região das Hortênsias, Campos de Cima da Serra e especialmente os municípios do Destino Uva e Vinho, que estão em espaços geográficos mais isolados, aumentando de forma muito considerável o fluxo e a permanência dos turistas na região. Facilitará, ainda, o acesso ao aeroporto de Vila Oliva/Caxias do Sul. A prospecção de crescimento econômico nos dois municípios e região é muito considerável desde construção civil, equipamentos turísticos, agricultura familiar, indústria, vinícolas, bem como o próprio desenvolvimento do turismo de vários segmentos como turismo de natureza, aventura, rural, enoturismo e cultural, entre outros. Sendo que a sinalização turística se torna imprescindível para gerar uma comunicação segura e eficaz entre o visitante e a região. A sinalização proposta não atinge apenas a região por onde passa, mas comunicará a localização e distância de toda a região que interliga o trajeto.	Antônio Prado
Serra	257	Desenvolvimento Social	1466/0321	Fortalecimento da Infraestrutura Socioassistencial Municipal — Equipamentos, Logística e Espaços Participativos	A proposta visa promover o fortalecimento da rede socioassistencial municipal por meio de investimentos em equipamentos, mobiliário, veículos e adequação de espaços físicos, fundamentais para qualificar a oferta dos serviços de assistência social nos territórios. O objetivo é garantir melhores condições de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e ampliar a capacidade operacional das equipes técnicas no acompanhamento das demandas sociais, especialmente nos municípios impactados por emergências climáticas ou em contextos de alta demanda social. A realidade enfrentada pelas unidades públicas, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Convivência e espaços comunitários, ainda é marcada por precariedades estruturais que limitam a efetividade das ações planejadas. Em muitos territórios, a ausência de mobiliário adequado, veículos para deslocamento das equipes e ambientes apropriados para atendimentos individuais e atividades coletivas compromete a proteção social de famílias que dependem das políticas públicas para garantir direitos básicos.	Bento Gonçalves
Serra	286	Desenvolvimento Social	1495/0321	Fortalecimento da Infraestrutura Socioassistencial Municipal — Equipamentos, Logística e Espaços Participativos	A proposta visa promover o fortalecimento da rede socioassistencial municipal por meio de investimentos em equipamentos, mobiliário, veículos e adequação de espaços físicos, fundamentais para qualificar a oferta dos serviços de assistência social nos territórios. O objetivo é garantir melhores condições de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e ampliar a capacidade operacional das equipes técnicas no acompanhamento das demandas sociais, especialmente nos municípios impactados por emergências climáticas ou em contextos de alta demanda social. A realidade enfrentada pelas unidades públicas, como Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Convivência e espaços comunitários, ainda é marcada por precariedades estruturais que limitam a efetividade das ações planejadas. Em muitos territórios, a ausência de mobiliário adequado, veículos para deslocamento das equipes e ambientes apropriados para atendimentos individuais e atividades coletivas compromete a proteção social de famílias que dependem das políticas públicas para garantir direitos básicos.	Guaporé
Serra	356	Desenvolvimento Rural	1587/0321	Construção de açudes, poços e cisternas	O PIB do Estado do RS depende fortemente da agricultura. Apesar das enchentes em 2023 e 2024, nos últimos anos tivemos uma série de eventos climáticos que geraram estiagem, quebrando safras, diminuindo a produção, eliminando empregos e consequentemente reduzindo a arrecadação estadual. É fundamental a construção de açudes, poços e cisternas para auxiliar o produtor rural a mitigar estas perdas com secas, assim como disponibilizar água potável para a população afetada por estes eventos	Bento Gonçalves
Serra	386	Esporte e Lazer	1618/0321	Construir Quadras de Tênis nos espaços Públicos existentes.	Incentivar o esporte e lazer e torna-lo assecível a todos.	Bento Gonçalves

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	417	Cultura	1654/0321	Construção de uma cancha de laço comprido	O laço comprido é muito mais do que um esporte aqui na região: ele é parte viva da cultura gaúcha, passada de geração em geração, preservando valores como respeito, coragem, parceria e amor pelo campo. Em nosso município, e na região, essa tradição tem ganhado força, principalmente entre os jovens e famílias que vêm se envolvendo em rodeios, cavalgadas e atividades campeiras. Diante disso, propomos a construção de uma cancha de laço comprido como forma de valorizar essa prática cultural e incentivar ainda mais o desenvolvimento local. Acreditamos que a obra trará uma série de benefícios para toda a comunidade, tanto do ponto de vista social quanto econômico e cultural. 1. Valorização da Tradição e da Identidade Gaúcha Uma cancha de laço representa um espaço onde nossa gente pode manter viva a essência do nosso povo. A cultura gaúcha é rica, forte e respeitada em todo o Brasil, e nada mais justo do que dar espaço para que ela seja vivida de forma autêntica por aqui. Com uma cancha no município, teremos um local adequado para realizar rodeios, encontros campeiros, cursos e eventos tradicionalistas que envolvem toda a comunidade. 2. Movimento na Economia Local Eventos de laço movimentam a cidade. Mesmo sendo um município pequeno, quando tem rodeio, a cidade cresce. Vêm visitantes de fora, aumenta o consumo nos mercados, postos de gasolina, restaurantes e comércio locais. A hotelaria rural se aquece, os pequenos produtores conseguem vender seus produtos e o dinheiro gira por aqui mesmo. Isso sem falar nos empregos diretos e indiretos que surgem com a organização de eventos. 3. Espaço de Lazer e Convivência Mais do que uma cancha, o espaço vira um ponto de encontro. Em tempos onde a juventude muitas vezes está distante das raízes, esse tipo de ambiente promove o convívio saudável, longe da violência e da exclusão. É um jeito de manter os jovens engajados em algo que dá orgulho. 4. Incentivo ao Esporte e à Profissionalização Rural Com a cancha, podemos montar escolinhas de laço, oficinas de manejo, de doma e até de cuidados com os animais. Muitos jovens daqui têm talento e vontade, mas falta estrutura. Esse espaço pode revelar futuros campeões, além de estimular práticas profissionais no campo. Criação de cavalos crioulos, alimentação, adestramento, tudo isso entra no radar quando existe um ponto de apoio como a cancha. 5. Turismo Rural e Desenvolvimento Regional A cancha também tem o potencial de transformar o município em uma referência na região. Através de parcerias com CTGs, prefeituras vizinhas e entidades do meio tradicionalista, podemos entrar no circuito de rodeios, o que atrai visitantes, fomenta o turismo rural e aumenta a visibilidade da cidade. É uma chance de ouro para colocar nosso município no mapa do laço comprido. Construir uma cancha de laço comprido aqui não é só erguer uma estrutura: é apostar no futuro da nossa cultura, da nossa juventude e da nossa economia. É fortalecer os laços — não só no sentido literal do laço do peão, mas os laços entre as pessoas, entre o campo e a cidade, entre o passado e o futuro. Por tudo isso, pedimos o apoio e o investimento necessário para tornar esse projeto realidade. A comunidade agradece e retribuirá com orgulho, dedicação e muito trabalho.	União da Serra
Serra	448	Desenvolvimento Urbano	1704/0321	Plano Estratégico de Contenção de Encostas e Estabilização de Taludes na BR-116 – Trecho São Marcos/Caxias do Sul	A BR-116 se destaca como uma das rodovias mais importantes do país e a principal ligação entre a Serra Gaúcha e as demais regiões do estado, suportando um grande volume de veículos de carga, transporte de produtos e movimentação turística. No trecho que une São Marcos a Caxias do Sul, a estrada corta uma área com topografia irregular, marcada por inclinações acentuadas e um solo propenso a deslizamentos e erosão, o que tem causado perigos constantes à segurança nas estradas, principalmente em épocas de fortes chuvas, como as vistas em 2023 e 2024. Diante disso, sugere-se um projeto essencial para conter encostas e estabilizar taludes, com atenção especial aos pontos críticos entre os quilômetros 95 e 135 da rodovia. A importância dessa ação é evidente devido aos frequentes deslizamentos de terra, ao acúmulo de lama na via, à instabilidade de rochas que caem sobre os veículos e aos bloqueios totais e parciais que têm ameaçado a segurança de motoristas e moradores, assim como o transporte da produção regional, como produtos agrícolas, móveis, produtos do polo metal mecânico e suprimentos industriais. Sem uma opção de caminho alternativa que atenda ao tráfego de caminhões pesados. As alternativas planejadas envolvem diferentes métodos de engenharia de contenção, ajustados às particularidades de cada local: muros/cortinas ancoradas para taludes altos e instáveis; e muros de arrimo para áreas com forte inclinação; emprego de cobertura vegetal e/ou manta geotêxtil para evitar erosões superficiais; canais e sistemas de drenagem profunda para o fluxo adequado das águas da chuva; barreiras de proteção e telas metálicas fixadas em áreas com risco de queda de pedras. A execução desse projeto é imediata e crucial para o progresso seguro da Serra Gaúcha, representando uma medida efetiva contra as alterações climáticas, para a conservação da infraestrutura e da economia do país, e para o fortalecimento das comunidades locais. A contenção das encostas da BR-116 é, acima de tudo, um pacto com a proteção das vidas.	São Marcos
Serra	460	Desenvolvimento Social	1721/0321	Criação de Núcleos Comunitários de Resiliência e Reconstrução Sustentável (NCRRS)	Os eventos climáticos extremos que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024/2025 deixaram milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade social, com perdas materiais, psicológicas e econômicas. A reconstrução precisa ir além da infraestrutura: é necessário fortalecer o tecido social e preparar as comunidades para futuros eventos.	Santa Tereza

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	464	Meio Ambiente	1726/0321	Centro Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal – Garibaldi	Título da Proposta: Centro Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal – Garibaldi _____ Área Temática: Meio Ambiente Desenvolvimento Social Justiça e Direitos Humanos _____ Justificativa: Garibaldi, município da Serra Gaúcha, enfrenta desafios relacionados ao abandono de animais, superpopulação de cães e gatos, e falta de estrutura pública para atendimento veterinário básico. A ausência de políticas públicas consistentes para a causa animal impacta diretamente a saúde pública, o meio ambiente e o bem-estar da comunidade. A proposta visa criar um centro municipal voltado à proteção animal, com ações de controle populacional, atendimento veterinário, educação e acolhimento. Objetivo Geral: Implantar um Centro Municipal de Proteção Animal em Garibaldi, com estrutura para atendimento veterinário básico, castrações, campanhas educativas e acolhimento temporário de animais em situação de risco. Objetivos Específicos: • Realizar campanhas permanentes de castração gratuita para animais de famílias de baixa renda. • Oferecer atendimento veterinário básico (vacinação, vermifugação, primeiros socorros). • Criar um espaço de acolhimento temporário para animais abandonados ou vítimas de maus-tratos. • Promover ações educativas nas escolas e comunidades sobre guarda responsável. • Estimular parcerias com ONGs, clínicas veterinárias e voluntários. Público-Alvo: Animais domésticos em situação de abandono ou risco; famílias de baixa renda; escolas e comunidades locais. Resultados Esperados: • Redução da população de animais abandonados nas ruas. • Melhoria na saúde pública e controle de zoonoses. • Fortalecimento da consciência coletiva sobre guarda responsável. • Criação de uma rede de proteção animal com participação comunitária. Estimativa de Custo – Garibaldi (R\$): Investimento Inicial: • Construção ou adaptação de espaço físico: R\$ 500.000 • Equipamentos veterinários e mobiliário: R\$ 150.000 • Sistema de registro e controle de animais: R\$ 30.000 • Campanha de lançamento e divulgação: R\$ 20.000 Subtotal Inicial: R\$ 700.000,00 Custo Mensal de Operação: • Equipe técnica (veterinário, auxiliar, gestor, motorista): R\$ 35.000 • Medicamentos, insumos e alimentação animal: R\$ 15.000 • Manutenção do espaço e veículos: R\$ 10.000 • Campanhas educativas e ações comunitárias: R\$ 5.000 Subtotal Mensal: R\$ 65.000,00 Custo Anual Total (12 meses): R\$ 700.000,00 (instalação) + R\$ 780.000,00 (operação) = R\$ 1.480.000,00 Parcerias Possíveis: • ONGs locais de proteção animal • Clínicas veterinárias e universidades (UCS, UPF) • Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saúde • Ministério Público e Delegacia de Proteção Animal •	Garibaldi
Serra	465	Desenvolvimento Econômico	1727/0321	Centro Público de Economia Popular e Solidária – Bento Gonçalves	Título da Proposta: Centro Público de Economia Popular e Solidária – Bento Gonçalves _____ Área Temática: Desenvolvimento Econômico Trabalho e Desenvolvimento Profissional Desenvolvimento Social _____ Justificativa: Bento Gonçalves possui uma forte vocação empreendedora, mas ainda há muitos trabalhadores informais, pequenos produtores e artesãos que enfrentam dificuldades para acessar mercados, crédito e capacitação. A proposta visa criar um Centro Público de Economia Popular e Solidária, que funcione como espaço de apoio, formação e comercialização para empreendimentos locais, promovendo inclusão produtiva e geração de renda. Objetivo Geral: Implantar um centro público que ofereça suporte técnico, formação, estrutura física e comercialização para empreendedores da economia solidária e popular. Objetivos Específicos: • Oferecer capacitações em gestão, marketing, finanças e produção. • Disponibilizar espaço físico para feiras, exposições e comercialização direta. • Apoiar cooperativas, associações e grupos informais com assessoria técnica. • Estimular o consumo consciente e o fortalecimento da economia local. Público-Alvo: Artesãos, pequenos produtores, trabalhadores informais, cooperativas, associações comunitárias e empreendedores populares. Resultados Esperados: • Geração de renda e inclusão produtiva. • Fortalecimento da economia local e do comércio justo. • Redução da informalidade e aumento da autonomia dos empreendedores. • Criação de redes de cooperação entre empreendedores. Estimativa de Custo – Bento Gonçalves (R\$): Investimento Inicial: • Reforma ou construção do espaço físico: R\$ 600.000 • Equipamentos, mobiliário e infraestrutura digital: R\$ 200.000 • Sistema de gestão e comunicação: R\$ 50.000 • Campanha de lançamento e mobilização: R\$ 30.000 Subtotal Inicial: R\$ 880.000,00 Custo Mensal de Operação: • Equipe técnica (coordenação, instrutores, apoio): R\$ 40.000 • Manutenção, limpeza e segurança: R\$ 15.000 • Programação de eventos e capacitações: R\$ 10.000 • Comunicação e articulação comunitária: R\$ 5.000 Subtotal Mensal: R\$ 70.000,00 Custo Anual Total (12 meses): R\$ 880.000,00 (instalação) + R\$ 840.000,00 (operação) = R\$ 1.720.000,00 Parcerias Possíveis: • Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico • SEBRAE, SENAC, UCS • Cooperativas e associações locais • ONGs de desenvolvimento comunitário • Câmara de Vereadores e Conselho Municipal de Economia Solidária	Bento Gonçalves

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	466	Desenvolvimento Econômico	1728/0321	Centro Regional de Capacitação e Inovação para a Reconstrução Sustentável – Bento Gonçalves	Título da Proposta: Centro Regional de Capacitação e Inovação para a Reconstrução Sustentável – Bento Gonçalves Área Temática: Inovação, Ciência e Tecnologia Desenvolvimento Econômico Reconstrução RS Justificativa: Após os eventos climáticos extremos que impactaram o Rio Grande do Sul, há uma demanda urgente por soluções inovadoras e sustentáveis para reconstrução de infraestrutura, geração de empregos e fortalecimento da economia local. Bento Gonçalves, com sua vocação industrial e tecnológica, pode liderar a criação de um centro regional de capacitação e inovação voltado à reconstrução sustentável, beneficiando toda a Serra Gaúcha. Objetivo Geral: Implantar um centro regional de capacitação técnica e inovação aplicada à reconstrução sustentável, com foco em tecnologias verdes, construção civil, energias renováveis e gestão de riscos climáticos. Objetivos Específicos: • Oferecer cursos técnicos e oficinas práticas em áreas estratégicas para a reconstrução. • Apoiar startups e projetos de inovação voltados à sustentabilidade e resiliência. • Criar um laboratório de prototipagem e testes de soluções tecnológicas. • Estabelecer parcerias com universidades, institutos de pesquisa e setor produtivo. Público-Alvo: Trabalhadores em transição, jovens em busca de qualificação, empreendedores, técnicos da construção civil, gestores públicos e comunidades afetadas por desastres. Resultados Esperados: • Formação de mão de obra qualificada para a reconstrução do RS. • Estímulo à inovação local com impacto social e ambiental positivo. • Geração de empregos e fortalecimento da economia regional. • Disseminação de práticas sustentáveis e tecnologias resilientes. Estimativa de Custo – Bento Gonçalves (RS): Investimento Inicial: • Infraestrutura física e tecnológica (laboratórios, salas de aula, coworking): R\$ 1.200.000 • Equipamentos e materiais didáticos: R\$ 300.000 • Plataforma digital de cursos e gestão: R\$ 100.000 • Campanha de mobilização e parcerias: R\$ 50.000 Subtotal Inicial: R\$ 1.650.000,00 Custo Mensal de Operação: • Equipe técnica e instrutores: R\$ 50.000 • Manutenção, energia e internet: R\$ 15.000 • Programação de cursos e eventos: R\$ 10.000 • Apoio a projetos e bolsas de inovação: R\$ 15.000 Subtotal Mensal: R\$ 90.000,00 Custo Anual Total (12 meses): R\$ 1.650.000,00 (instalação) + R\$ 1.080.000,00 (operação) = R\$ 2.730.000,00 Parcerias Possíveis: • UCS, IFRS, SEBRAE, SENAI • Empresas do setor moveleiro, metalmeccânico e construção civil • Governo do Estado (Secretarias de Inovação, Trabalho e Desenvolvimento Econômico) • ONGs e agências de cooperação internacional	Bento Gonçalves
Serra	467	Turismo	1729/0321	Rota Turística Inclusiva e Sustentável de Monte Belo do Sul – Caminhos da Cultura, do Vinho e dos Sabores Artesanais	Título da Proposta: Rota Turística Inclusiva e Sustentável de Monte Belo do Sul – Caminhos da Cultura, do Vinho e dos Sabores Artesanais Área Temática: Turismo Cultura Desenvolvimento Econômico Inclusão Social Justificativa: Monte Belo do Sul é um município com forte identidade cultural e vínculos com a vitivinicultura, gastronomia e tradições italianas. Apesar do potencial turístico, ainda há carência de infraestrutura inclusiva, capacitação profissional e integração dos pequenos produtores na cadeia do turismo. A proposta visa criar uma rota turística estruturada e inclusiva, que valorize não apenas o vinho, mas também os produtos artesanais locais como cogumelos, geleias, massas caseiras e hortifrutigranjeiros, promovendo desenvolvimento econômico e inclusão social. Objetivo Geral: Desenvolver uma rota turística integrada e acessível em Monte Belo do Sul, com infraestrutura, capacitação e promoção cultural e gastronômica, fortalecendo o turismo sustentável e gerando oportunidades para a população local. Objetivos Específicos: • Implantar sinalização turística bilingue e acessível em pontos estratégicos. • Criar espaços de visitação e experiências culturais e gastronômicas (vinícolas, agroindústrias, trilhas, centros de memória). • Capacitar moradores locais em atendimento turístico, produção artesanal e empreendedorismo. • Promover inclusão de comunidades rurais e pequenos produtores na cadeia produtiva do turismo. • Desenvolver materiais promocionais e digitais para divulgação da rota. Público-Alvo: Turistas nacionais e internacionais, moradores locais, empreendedores rurais, jovens em busca de capacitação, pessoas com deficiência e idosos. Resultados Esperados: • Aumento do fluxo turístico e da permanência média dos visitantes. • Geração de renda e empregos locais. • Valorização da cultura, gastronomia e identidade de Monte Belo do Sul. • Inclusão social e econômica de comunidades rurais e grupos vulneráveis. • Fortalecimento da imagem do município como destino turístico sustentável e autêntico. Estimativa de Custo – Monte Belo do Sul (RS): Investimento Inicial: • Infraestrutura turística (sinalização, acessibilidade, espaços de visitação): R\$ 1.200.000 • Capacitação profissional e oficinas comunitárias (gastronomia, atendimento, produção artesanal): R\$ 400.000 • Desenvolvimento de materiais promocionais e digitais: R\$ 200.000 • Criação de roteiros integrados com vinícolas, produtores de cogumelos, geleias, massas e hortifrutigranjeiros: R\$ 300.000 Subtotal Inicial: R\$ 2.100.000,00 Custo Mensal de Operação: • Equipe de gestão e promoção turística: R\$ 40.000 • Manutenção de espaços e sinalização: R\$ 15.000 • Programação cultural e eventos locais: R\$ 15.000 • Comunicação e marketing contínuo: R\$ 10.000 Subtotal Mensal: R\$ 80.000,00 Custo Anual Total (12 meses): R\$ 2.100.000,00 (instalação) + R\$ 960.000,00 (operação) = R\$ 3.060.000,00 Parcerias Possíveis: • Secretaria Estadual de Turismo e Cultura • Vinícolas, agroindústrias e produtores locais (cogumelos, massas, geleias) • SEBRAE, SENAC, UCS • Associações culturais e comunitárias • ONGs de desenvolvimento econômico e social	Monte Belo do Sul

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	555	Desenvolvimento Econômico	1839/0321	Centro Intermunicipal de Economia Popular Solidária- Serra Gaúcha	Região: Serra Justificativa: O Centro Público de Economia Popular e Solidária, é um espaço que agrega os diversos empreendimentos de ECOSOL- EES, que vem, nos últimos anos cumprindo um papel fundamental na geração de trabalho e renda para milhares de pessoas. Sendo hoje no Brasil mais de um milhão e quatrocentos mil pessoas envolvidas e beneficiadas diretamente, e duzentas e cinquenta mil brasileiros, utilizam a moeda social no comércio em suas cidades, gerando trabalho e renda e impulsionando o mercado local, para além dos grupos cooperados. O CPES vai agregar associações, cooperativas, grupos de hortas urbanas, grupos informais, produção cultural, feiras, entre outros. Neste contexto apresentamos a proposta para aquisição de equipamentos para que possamos constituir um espaço como Centro Público para Economia Popular Solidária na região Serra Gaúcha, através do qual, buscaremos outras parcerias locais para sua implantação. O Centro Público de Economia Popular Solidária tem como papel, ser um espaço de articulação e implementação de políticas públicas voltadas para este setor, bem como um articulador com instituições da sociedade civil, como ONGs, Universidades, e Institutos Federais, e Movimentos Sociais Populares, visando a qualificação e promoção da comercialização e da produção dos empreendimentos cooperados e associados a instituição. Nossa região conta hoje com um número aproximado de mil e oitocentas pessoas que direta e indiretamente provém seu sustento do trabalho associado/cooperado, e através de empreendimentos familiares, sendo MEIs ou grupos informais.	Caxias do Sul
Serra	564	Meio Ambiente	1849/0321	“Guardiões da Serra-Proteção e Recuperação Ambiental” Bento Gonçalves, Nova Prata, Veranópolis, Garibaldi e Carlos Barbosa.	Os eventos climáticos extremos, como as enchentes históricas de abril e maio de 2024, revelaram a nossa vulnerabilidade. Promover discussões e eventos educativos ajudando a aumentar a conscientização sobre as mudanças climáticas e seus impactos. Compreender os desastres passados pode ajudar a comunidade a se preparar para futuros eventos. A educação sobre medidas preventivas, como planejamento urbano adequado e práticas agrícolas sustentáveis, pode reduzir os danos em situações semelhantes. Desenvolver campanhas de conscientização sobre a importância da preservação ambiental, focando em práticas sustentáveis e na redução de resíduos. Realizar oficinas e palestras nas escolas e comunidades locais para conscientizar sobre a importância da preservação ambiental, reciclagem e uso sustentável dos recursos naturais. Identificar áreas degradadas e promover o plantio de árvores nativas da região para recuperar a biodiversidade e proteger o solo contra erosão, incentivar a redução do uso de plástico descartável. Trabalhar junto a ONGs, prefeituras, universidades e agricultores para fortalecer as ações de proteção ambiental.	Bento Gonçalves
Serra	647	Agricultura	1950/0321	Do Campo à Comunidade: O Novo Centro de Agricultura Familiar (CENAF) como Polo de Conhecimento e Transformação Regional	Localizado às margens da BR-470 (km 170,8), em Veranópolis, o Centro de Agricultura Familiar (CENAF) integra o complexo do Centro Estadual de Diagnóstico e Pesquisa em Fruticultura (CEFRUTI), estação experimental vinculada ao Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária (DDPA) da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (SEAPI). Composto por salas de aula, auditório, cozinha industrial, refeitório e alojamentos, o CENAF foi concebido para atender às demandas de formação e qualificação de técnicos, produtores e demais atores das cadeias produtivas do setor agropecuário. Passadas duas décadas desde sua criação, a revitalização e modernização do CENAF tornam-se imprescindíveis para a ampliação de seu uso e fortalecimento do seu papel estratégico na região. A proposta visa readequar a estrutura física do espaço, possibilitando sua utilização como um polo regional de conhecimento, inovação e formação multidisciplinar, voltado ao atendimento da comunidade local e regional. Com as melhorias propostas, o CENAF poderá sediar cursos, oficinas, treinamentos, seminários, dias de campo, reuniões técnicas e demais eventos promovidos por instituições públicas e privadas. O espaço será disponibilizado para uso compartilhado por entidades parceiras, fortalecendo redes de cooperação interinstitucional e promovendo o desenvolvimento técnico, social e econômico da Serra Gaúcha. Além disso, o novo CENAF atuará como centro de referência para a difusão de tecnologias e práticas sustentáveis, impulsionando a educação continuada e a qualificação de recursos humanos ligados ao meio rural. Com foco na integração entre campo e comunidade, a iniciativa permitirá a valorização da agricultura familiar e a dinamização do setor produtivo regional.	Veranópolis
Serra	678	Desenvolvimento Rural	1988/0321	Construção de açudes, poços e cisternas	Construção de açudes, poços e cisternas	Caxias do Sul
Serra	680	Desenvolvimento Social	1990/0321	Ensino de primeiros socorros em escolas, fazer uso de bombeiros e policiais aposentados, junto a isso a educação no trânsito	Nos dias de hoje vemos inúmeros acidentes de trânsito, acidentes domésticos e outros inúmeros lugares. E muitas vezes poderiam ser evitados ou serem de menos gravidade se tivéssemos mais conhecimento em proceder. Já presenciei acidentes onde podíamos ter feito algo para amenizar os danos e não podíamos porque não tínhamos o conhecimento e instrução certa. Hoje as escolas tem muitas áreas de ensino onde são dedicadas a pouco uso no cotidiano e a educação no trânsito junto aos primeiros socorros são essenciais para uma futura formação de cidadão. Isso pode ser aplicado no último ano do ensino médio por policiais e bombeiros aposentados. Onde é feito em 5 a 6 vezes no ano esse tipo de abordagem para com os estudantes, tendo como objetivo formar bons condutores, bons cidadãos e tornando nosso mundo melhor.	Caxias do Sul
Serra	756	Turismo	2076/0321	Sinalização turística	Sinalização turística	Caxias do Sul

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	804	Agricultura	2131/0321	Modernização dos equipamentos para cursos de Doces e Salgados e Laticínios do Centro de Formação de Fazenda Souza - CEFAS	Importância da Melhoria de Equipamentos para Cursos de Doces e Salgados e Laticínios no CEFAS. O Centro de Formação de Agricultores de Fazenda Souza (CEFAS) desempenha papel estratégico na capacitação e qualificação de agricultores familiares, empreendedores rurais e trabalhadores do setor agroindustrial do Estado do Rio grande do Sul. Entre as áreas de maior relevância para o fortalecimento da economia local e regional e estadual estão o processamento de laticínios e a produção de doces e salgados, atividades que possuem forte potencial de agregação de valor, geração de renda e diversificação da produção nas propriedades rurais. A modernização dos equipamentos utilizados nestes cursos é uma necessidade urgente para garantir a adequação das atividades formativas às exigências sanitárias, tecnológicas e mercadológicas atuais. O setor de alimentos vem passando por constante evolução, incorporando novas tecnologias, aperfeiçoando processos produtivos e elevando padrões de qualidade e segurança alimentar. Nesse contexto, utilizar equipamentos obsoletos ou em condições limitadas pode comprometer não apenas a qualidade do aprendizado, mas também a inserção competitiva dos egressos no mercado. Nos cursos de Laticínios, equipamentos modernos permitem simular com precisão as etapas industriais de processamento do leite, desde a pasteurização e fabricação de queijos até a produção de iogurtes e outros derivados. Isso possibilita que os participantes compreendam e pratiquem processos com controle adequado de temperatura, tempo, higiene e padronização, conforme determinações da legislação vigente (normativas do MAPA e da ANVISA). Além disso, o uso de maquinário atualizado facilita a aplicação de técnicas de produção artesanal em escala comercial, fortalecendo pequenas agroindústrias e cooperativas locais. Nos cursos de Doces e Salgados, a melhoria de equipamentos impacta diretamente a produtividade e a qualidade final dos produtos. Máquinas de mistura, fornos, batedeiras industriais, seladoras e utensílios adequados proporcionam um ambiente de aprendizagem compatível com a realidade das empresas do setor, o controle da umidade e textura, e o atendimento às exigências de rotulagem e embalagem. Esse cenário estimula a inovação, a experimentação de novos produtos e o atendimento a nichos de mercado, como o de alimentos artesanais, saudáveis ou com certificações específicas. Outro aspecto relevante é a conexão entre a formação técnica e o desenvolvimento socioeconômico regional. A Serra Gaúcha é reconhecida pela diversidade e qualidade de sua produção agroindustrial. Ao qualificar agricultores e empreendedores rurais com tecnologia de ponta, o CEFAS contribui para ampliar a competitividade, fomentar o empreendedorismo e estimular a permanência das famílias no campo, evitando o êxodo rural. Do ponto de vista pedagógico, a atualização dos equipamentos promove aprendizagem prática de alto nível, aproximando o ambiente de ensino à realidade produtiva. Essa aproximação garante que os participantes adquiram não apenas o conhecimento teórico, mas também a destreza técnica para operar maquinário, interpretar resultados e aplicar boas práticas de fabricação de forma segura e eficiente. Além disso, equipamentos novos e mais eficientes contribuem para a sustentabilidade ambiental, pois muitos modelos atuais consomem menos energia e água, reduzem perdas de matéria-prima e permitem processos mais limpos e seguros, alinhados às políticas públicas de incentivo à produção sustentável. Portanto, a melhoria dos equipamentos para os cursos de Doces e Salgados e Laticínios no CEFAS não é apenas uma questão de infraestrutura, mas sim um investimento estratégico em capital humano, inovação e competitividade regional. Essa atualização permitirá que o Centro continue sendo referência em formação técnica de qualidade, atendendo às demandas do mercado e contribuindo de forma direta para o fortalecimento das cadeias produtivas e para a geração	Caxias do Sul
Serra	812	Desenvolvimento Social	2139/0321	Fortalecimento da Defesa Civil	A atuação da Defesa Civil Municipal constitui um pilar essencial para a proteção da vida humana, da integridade física da população e da salvaguarda do patrimônio público e privado, especialmente em um cenário marcado pelo aumento expressivo da frequência e severidade dos eventos adversos, tais como enchentes, enxurradas, estiagens prolongadas, vendavais e deslizamentos. Diante dessa nova realidade climática e social, torna-se estratégico e urgente investir no fortalecimento da capacidade institucional desta instituição, promovendo seu aparelhamento técnico-operacional de forma estruturada e contínua. Tal medida não apenas atende ao princípio da prevenção, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/2012), como também fortalece a autonomia municipal frente às situações de risco. O investimento proposto contempla a aquisição de estações meteorológicas, equipamentos de proteção individual e coletiva, veículos próprios adaptados ao uso em emergência, sistemas de alerta e monitoramento em tempo real, kits de primeiros socorros e salvamento, infraestrutura de comunicação segura, além da capacitação técnica de recursos humanos. Esses elementos são indispensáveis para que o município desempenhe com eficácia as cinco etapas do ciclo de gestão de riscos e desastres: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Além dos benefícios operacionais diretos, o aparelhamento da Defesa Civil contribui para a construção de um modelo de gestão intersetorial, que articula áreas como saúde, assistência social, meio ambiente e segurança pública, promovendo atendimento humanizado às populações atingidas e fomentando uma cultura de resiliência comunitária. Portanto, a presente proposta configura-se como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento social sustentável da região, permitindo respostas mais ágeis, eficazes e integradas diante das adversidades, e consolidando a Defesa Civil como agente ativo na proteção da vida e na redução das desigualdades diante do risco.	Farroupilha
Serra	840	Meio Ambiente	2171/0321	Fortalecimento da Defesa Civil	Justificativa: A atuação da Defesa Civil Municipal constitui um pilar essencial para a proteção da vida humana, da integridade física da população e da salvaguarda do patrimônio público e privado, especialmente em um cenário marcado pelo aumento expressivo da frequência e severidade dos eventos adversos, tais como enchentes, enxurradas, estiagens prolongadas, vendavais e deslizamentos. Diante dessa nova realidade climática e social, torna-se estratégico e urgente investir no fortalecimento da capacidade institucional desta instituição, promovendo seu aparelhamento técnico-operacional de forma estruturada e contínua. Tal medida não apenas atende ao princípio da prevenção, previsto na Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (Lei Federal nº 12.608/2012), como também fortalece a autonomia municipal frente às situações de risco. O investimento proposto contempla a aquisição de estações meteorológicas, equipamentos de proteção individual e coletiva, veículos próprios adaptados ao uso em emergência, sistemas de alerta e monitoramento em tempo real, kits de primeiros socorros e salvamento, infraestrutura de comunicação segura, além da capacitação técnica de recursos humanos. Esses elementos são indispensáveis para que o município desempenhe com eficácia as cinco etapas do ciclo de gestão de riscos e desastres: prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Além dos benefícios operacionais diretos, o aparelhamento da Defesa Civil contribui para a construção de um modelo de gestão intersetorial, que articula áreas como saúde, assistência social, meio ambiente e segurança pública, promovendo atendimento humanizado às populações atingidas e fomentando uma cultura de resiliência comunitária. Portanto, a presente proposta configura-se como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento social sustentável da região, permitindo respostas mais ágeis, eficazes e integradas diante das adversidades, e consolidando a Defesa Civil como agente ativo na proteção da vida e na redução das desigualdades diante do risco.	Bento Gonçalves

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	846	Agricultura	2177/0321	Recuperação e correção do solo	Incentivar a adoção de boas práticas de manejo do solo, a fim de alcançar a sustentabilidade nas atividades desenvolvidas na propriedade.	Nova Prata
Serra	887	Trabalho e Desenvolvimento Profissional	2222/0321	Aporte de recursos para a execução do Programa de Economia Popular Solidária, pela STDP em todas as 28 regiões do RS	O Conselho Estadual de Economia Solidária – CESOL, reunido em plenária no exercício de suas atribuições, vem, por meio desta, manifestar seu apoio irrestrito à realização das feiras de economia solidária, bem como à mobilização e manutenção dos espaços públicos destinados a essas atividades. As feiras representam um instrumento fundamental de geração de renda, inclusão social e fortalecimento da economia local, promovendo o protagonismo de empreendedores populares, cooperativas e associações que atuam sob os princípios da autogestão, solidariedade e sustentabilidade. A recente Lei nº 15.068, de 23 de dezembro de 2024, que institui a Política Nacional de Economia Solidária e o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes), reconhece legalmente os empreendimentos de economia solidária como agentes fundamentais para o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável. Essa legislação reforça o papel importante das políticas públicas para o fortalecimento da Economia Popular Solidária. Adicionalmente, a Portaria MTE nº 481, de 28 de março de 2025, regulamenta o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (Cadsol), estabelecendo critérios claros para o reconhecimento público desses empreendimentos e seu acesso às políticas públicas. Essa regulamentação fortalece a visibilidade e a integração dos empreendimentos solidários em redes produtivas, ampliando seu alcance e impacto social.	Caxias do Sul
Serra	899	Desenvolvimento Rural	2235/0321	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO QUEIJO COLONIAL DA SERRA GAÚCHA	A Indicação Geográfica (IG) é um instrumento de proteção e valorização de produtos e serviços que possuem uma ligação intrínseca com o seu território de origem. Essa ligação pode ser decorrente de fatores naturais (como clima, solo, vegetação) ou humanos (saber-fazer, tradição, cultura). A IG é reconhecida internacionalmente e desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região. Nesse sentido, as Indicações Geográficas são dispositivos de reconhecimento que destacam o vínculo específico entre um bem (produto ou serviço) e o seu território, compreendidos aí os fatores ecológicos (clima, solo, relevo, vegetação, variedades, raças etc.) e culturais (saber-fazer, tradição, costumes, práticas de produção etc.). As duas modalidades possíveis da IG no Brasil são a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). A diferenciação de produtos a partir da sua origem e qualidade como estratégia para conquistar mercados é uma tendência que vem ganhando força no Brasil e no mundo. A origem do produto passa a ser um requisito de compra para um número crescente de pessoas. Nesse sentido, as IGs têm potencial para responder a essas demandas, uma vez que podem garantir a procedência do produto, suas características e também o seu processo de produção, de forma padronizada e constante. No Rio Grande do Sul, há dois queijos tidos como tradicionais: o Queijo Serrano, já com Denominação de Origem concedida pelo INPI, e o Queijo Colonial, que é produzido em todo o estado e teve sua origem de produção na Serra Gaúcha, especialmente a partir da imigração europeia a partir do século XIX. A história do Queijo Colonial inicia quando os colonos italianos e alemães conseguem adquirir bovinos depois de estabelecerem as primeiras plantações e construir casas para as famílias. O leite era utilizado para assegurar as necessidades alimentares, e o que sobrava ia para produção de queijo. As mulheres eram as responsáveis pela produção do queijo, feito nas cozinhas, com leite não pasteurizado, coalho e sal. Desta forma, muitos produtores e laticínios desejam criar mecanismos de resgatar as origens do Queijo Colonial da Serra Gaúcha, sua territorialização e preservação histórica e cultural. Nesse sentido a Indicação Geográfica do Queijo Colonial da Serra Gaúcha se apresenta como caminho para valorizar e proteger este patrimônio agroalimentar da região. Nesse sentido, a presente proposta tem por objeto aprofundar o contexto histórico e cultural do Queijo Colonial da Serra Gaúcha, estabelecendo os critérios que possibilitem caracterizar os aspectos sensoriais, tecnológicos e territoriais deste Queijo, justificando, portanto, a existência de uma IG específica para este produto. Por fim, destacamos que a aprovação da presente proposta permitirá a construção do processo técnico, legal e organizacional, de modo a possibilitar o depósito da documentação necessária junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável por este procedimento no Brasil. Assim, a semelhança de outros processos de IGs já consolidados no RS, a presente proposta de Indicação Geográfica do Queijo Colonial da Serra Gaúcha visa consolidar a referida IG de modo a contribuir com o desenvolvimento da região.	Caxias do Sul

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	901	Desenvolvimento Rural	2239/0321	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DO QUEIJO COLONIAL DA SERRA GAÚCHA	A Indicação Geográfica (IG) é um instrumento de proteção e valorização de produtos e serviços que possuem uma ligação intrínseca com o seu território de origem. Essa ligação pode ser decorrente de fatores naturais (como clima, solo, vegetação) ou humanos (saber-fazer, tradição, cultura). A IG é reconhecida internacionalmente e desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico, social e cultural de uma região. Nesse sentido, as Indicações Geográficas são dispositivos de reconhecimento que destacam o vínculo específico entre um bem (produto ou serviço) e o seu território, compreendidos aí os fatores ecológicos (clima, solo, relevo, vegetação, variedades, raças etc.) e culturais (saber-fazer, tradição, costumes, práticas de produção etc.). As duas modalidades possíveis da IG no Brasil são a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO). A diferenciação de produtos a partir da sua origem e qualidade como estratégia para conquistar mercados é uma tendência que vem ganhando força no Brasil e no mundo. A origem do produto passa a ser um requisito de compra para um número crescente de pessoas. Nesse sentido, as IGs têm potencial para responder a essas demandas, uma vez que podem garantir a procedência do produto, suas características e também o seu processo de produção, de forma padronizada e constante. No Rio Grande do Sul, há dois queijos tidos como tradicionais: o Queijo Serrano, já com Denominação de Origem concedida pelo INPI, e o Queijo Colonial, que é produzido em todo o estado e teve sua origem de produção na Serra Gaúcha, especialmente a partir da imigração europeia a partir do século XIX. A história do Queijo Colonial inicia quando os colonos italianos e alemães conseguem adquirir bovinos depois de estabelecerem as primeiras plantações e construírem casas para as famílias. O leite era utilizado para assegurar as necessidades alimentares, e o que sobrava ia para produção de queijo. As mulheres eram as responsáveis pela produção do queijo, feito nas cozinhas, com leite não pasteurizado, coalho e sal. Desta forma, muitos produtores e laticínios desejam criar mecanismos de resgatar as origens do Queijo Colonial da Serra Gaúcha, sua territorialização e preservação histórica e cultural. Nesse sentido a Indicação Geográfica do Queijo Colonial da Serra Gaúcha se apresenta como caminho para valorizar e proteger este patrimônio agroalimentar da região. Nesse sentido, a presente proposta tem por objeto aprofundar o contexto histórico e cultural do Queijo Colonial da Serra Gaúcha, estabelecendo os critérios que possibilitem caracterizar os aspectos sensoriais, tecnológicos e territoriais deste Queijo, justificando, portanto, a existência de uma IG específica para este produto. Por fim, destacamos que a aprovação da presente proposta permitirá a construção do processo técnico, legal e organizacional, de modo a possibilitar o depósito da documentação necessária junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável por este procedimento no Brasil. Assim, a semelhança de outros processos de IGs já consolidados no RS, a presente proposta de Indicação Geográfica do Queijo Colonial da Serra Gaúcha visa consolidar a referida IG de modo a contribuir com o desenvolvimento da região.	Caxias do Sul
Serra	931	Inovação, Ciência e Tecnologia	2276/0321	Robótica para Jovens – Emprego e Futuro na Serra Gaúcha	A Serra Gaúcha, com uma economia predominantemente industrial, responde por uma parcela significativa da produção metalúrgica, mecânica e de material elétrico do Rio Grande do Sul. O polo metalmeccânico regional gera um faturamento estimado em R\$ 50 bilhões e emprega mais de 73 mil pessoas, consolidando-se como um dos setores econômicos mais importantes do estado. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o setor industrial paga salários 27,48% superiores à média nacional, o que evidencia seu potencial como promotor de desenvolvimento econômico e social. Entretanto, de acordo com estudo da FIERGS, 70% das indústrias da região enfrentam dificuldades para preencher vagas em funções técnicas e operacionais — um desafio que ameaça a competitividade e o crescimento do setor. Foi para enfrentar essa realidade que, em 2024, o Escola do Amanhã, coordenado pelo SIMECS em parceria com o SENAI, Brigada Militar, Polícia Civil, Sicredi e Prefeituras locais (Caixas do Sul, Flores da Cunha, São Marcos e outros) e empresas, implantou turmas de Formação em Robótica Industrial para adolescentes de 14 a 16 anos, estudantes da rede pública. Com a metodologia Lego Zoom, os participantes vivenciaram programação, montagem e operação de robôs, impressão 3D, uso de instrumentos de medição e resolução de desafios práticos. As atividades foram complementadas com educação financeira e por visitas técnicas às empresas e diálogos com profissionais, aproximando os jovens da realidade industrial e despertando vocações para carreiras técnicas. Na fase 1, foram atendidos 450 alunos nos municípios de Caxias do Sul, São Marcos, Flores da Cunha, Bento Gonçalves, Farroupilha, Veranópolis, Garibaldi e Nova Prata com resultados expressivos: • Maior interesse em cursos técnicos e profissionalizantes; • Ampliaram o conhecimentos sobre o universo industrial e do mercado de trabalho • Desenvolvimento de competências como raciocínio lógico, solução de problemas e trabalho em equipe; • Inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade, que muitas vezes não têm acesso a experiências práticas de tecnologia e inovação. A fase 2 do projeto, prevista para 2025, tem como objetivo ampliar e aprofundar a formação em robótica industrial, estendendo-a para novos municípios do Corede Serra Gaúcha e aumentando o número de turmas e vagas. Nesta etapa, serão introduzidos conteúdos mais avançados, como noções de automação industrial, programação de controladores lógicos programáveis (CLPs) e integração de sensores e sistemas. Também serão realizados novos desafios alinhados às demandas reais das empresas da região. O apoio da Consulta Popular será destinado a: • Expansão da oferta de turmas e aumento das vagas; • Aquisição de kits adicionais de robótica e materiais didáticos; • Custeio de transporte para visitas técnicas; • Formação complementar para instrutores. O impacto social será direto: mais jovens da rede pública — especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social — terão acesso gratuito a uma formação tecnológica moderna e alinhada ao mercado de trabalho, aumentando suas chances de empregabilidade em um setor que oferece salários acima da média e estabilidade profissional. Com essa continuidade, o Escola do Amanhã – Robótica Industrial reforça seu papel como ponte entre a educação e a indústria, garantindo que o futuro da Serra Gaúcha seja construído por profissionais preparados, inovadores e socialmente incluídos.	Caxias do Sul

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	993	Meio Ambiente	2345/0321	Aparelhamento Defesa Civil	A atuação da Defesa Civil Municipal constitui um pilar essencial para a proteção da vida humana, da integridade física da população e da preservação do patrimônio público e privado. Em um cenário marcado pelo aumento expressivo da frequência e severidade de eventos adversos — como enchentes, enxurradas, estiagens prolongadas, vendavais e deslizamentos — a vulnerabilidade social das comunidades é agravada, impactando diretamente a qualidade de vida, a segurança alimentar, a saúde pública e a inclusão social. Diante dessa realidade, o fortalecimento da capacidade institucional da Defesa Civil deixa de ser apenas uma medida de caráter emergencial e passa a configurar-se como uma política pública de desenvolvimento social sustentável. Investir no aparelhamento técnico-operacional dessa instituição significa reduzir desigualdades no enfrentamento ao risco, protegendo de forma prioritária as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O investimento proposto contempla: • Estações meteorológicas para antecipação de cenários de risco; • Equipamentos de proteção individual e coletiva para segurança dos agentes e voluntários; • Veículos adaptados para acesso a áreas isoladas; • Sistemas de alerta e monitoramento em tempo real, garantindo informação acessível e rápida à população; • Kits de primeiros socorros e salvamento, para atendimento inicial e preservação de vidas; • Infraestrutura de comunicação segura, assegurando coordenação intersetorial eficiente; • Capacitação técnica dos recursos humanos, fortalecendo competências locais. Esses elementos são indispensáveis para que o município desempenhe com eficácia as cinco etapas do ciclo de gestão de riscos e desastres — prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação — com foco especial na proteção de grupos vulneráveis e na promoção da resiliência comunitária. Ao mesmo tempo, o aparelhamento da Defesa Civil favorece a construção de um modelo de gestão integrado ao desenvolvimento social, articulando políticas de saúde, assistência social, meio ambiente, educação e segurança pública. Assim, além de garantir atendimento humanizado e ágil em momentos de crise, a medida fomenta oportunidades de participação comunitária, formação de redes de solidariedade e fortalecimento do capital social local. Portanto, a presente proposta não se limita a uma resposta técnica a desastres, mas se configura como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento social da região. Ao garantir proteção efetiva, inclusão e redução das desigualdades diante das adversidades, consolida-se a Defesa Civil como agente ativo não apenas na proteção da vida, mas também na promoção de comunidades mais justas, seguras e resilientes.	Farroupilha
Serra	1029	Meio Ambiente	2386/0321	Fortalecimento da capacidade institucional da Defesa Civil	A atuação da Defesa Civil Municipal constitui um pilar essencial para a proteção da vida humana, da integridade física da população e da preservação do patrimônio público e privado. Em um cenário marcado pelo aumento expressivo da frequência e severidade de eventos adversos — como enchentes, enxurradas, estiagens prolongadas, vendavais e deslizamentos — a vulnerabilidade social das comunidades é agravada, impactando diretamente a qualidade de vida, a segurança alimentar, a saúde pública e a inclusão social. Diante dessa realidade, o fortalecimento da capacidade institucional da Defesa Civil deixa de ser apenas uma medida de caráter emergencial e passa a configurar-se como uma política pública de desenvolvimento social sustentável. Investir no aparelhamento técnico-operacional dessa instituição significa reduzir desigualdades no enfrentamento ao risco, protegendo de forma prioritária as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O investimento proposto contempla: • Estações meteorológicas para antecipação de cenários de risco; • Equipamentos de proteção individual e coletiva para segurança dos agentes e voluntários; • Veículos adaptados para acesso a áreas isoladas; • Sistemas de alerta e monitoramento em tempo real, garantindo informação acessível e rápida à população; • Kits de primeiros socorros e salvamento, para atendimento inicial e preservação de vidas; • Infraestrutura de comunicação segura, assegurando coordenação intersetorial eficiente; • Capacitação técnica dos recursos humanos, fortalecendo competências locais. Esses elementos são indispensáveis para que o município desempenhe com eficácia as cinco etapas do ciclo de gestão de riscos e desastres — prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação — com foco especial na proteção de grupos vulneráveis e na promoção da resiliência comunitária. Ao mesmo tempo, o aparelhamento da Defesa Civil favorece a construção de um modelo de gestão integrado ao desenvolvimento social, articulando políticas de saúde, assistência social, meio ambiente, educação e segurança pública. Assim, além de garantir atendimento humanizado e ágil em momentos de crise, a medida fomenta oportunidades de participação comunitária, formação de redes de solidariedade e fortalecimento do capital social local. Portanto, a presente proposta não se limita a uma resposta técnica a desastres, mas se configura como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento social da região. Ao garantir proteção efetiva, inclusão e redução das desigualdades diante das adversidades, consolida-se a Defesa Civil como agente ativo não apenas na proteção da vida, mas também na promoção de comunidades mais justas, seguras e resilientes.	Caxias do Sul

COREDE	Cód.	Área do projeto	Protocolo	Proposta	Justificativa	Município
Serra	1033	Meio Ambiente	2392/0321	Aparelhamento da defesa civil	A atuação da Defesa Civil Municipal constitui um pilar essencial para a proteção da vida humana, da integridade física da população e da preservação do patrimônio público e privado. Em um cenário marcado pelo aumento expressivo da frequência e severidade de eventos adversos — como enchentes, enxurradas, estiagens prolongadas, vendavais e deslizamentos — a vulnerabilidade social das comunidades é agravada, impactando diretamente a qualidade de vida, a segurança alimentar, a saúde pública e a inclusão social. Diante dessa realidade, o fortalecimento da capacidade institucional da Defesa Civil deixa de ser apenas uma medida de caráter emergencial e passa a configurar-se como uma política pública de desenvolvimento social sustentável. Investir no aparelhamento técnico-operacional dessa instituição significa reduzir desigualdades no enfrentamento ao risco, protegendo de forma prioritária as populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. O investimento proposto contempla: • Estações meteorológicas para antecipação de cenários de risco; • Equipamentos de proteção individual e coletiva para segurança dos agentes e voluntários; • Veículos adaptados para acesso a áreas isoladas; • Sistemas de alerta e monitoramento em tempo real, garantindo informação acessível e rápida à população; • Kits de primeiros socorros e salvamento, para atendimento inicial e preservação de vidas; • Infraestrutura de comunicação segura, assegurando coordenação intersecretorial eficiente; • Capacitação técnica dos recursos humanos, fortalecendo competências locais. Esses elementos são indispensáveis para que o município desempenhe com eficácia as cinco etapas do ciclo de gestão de riscos e desastres — prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação — com foco especial na proteção de grupos vulneráveis e na promoção da resiliência comunitária. Ao mesmo tempo, o aparelhamento da Defesa Civil favorece a construção de um modelo de gestão integrado ao desenvolvimento social, articulando políticas de saúde, assistência social, meio ambiente, educação e segurança pública. Assim, além de garantir atendimento humanizado e ágil em momentos de crise, a medida fomenta oportunidades de participação comunitária, formação de redes de solidariedade e fortalecimento do capital social local. Portanto, a presente proposta não se limita a uma resposta técnica a desastres, mas se configura como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento social da região. Ao garantir proteção efetiva, inclusão e redução das desigualdades diante das adversidades, consolida-se a Defesa Civil como agente ativo não apenas na proteção da vida, mas também na promoção de comunidades mais justas, seguras e resilientes.	Bento Gonçalves
Serra	1080	Desenvolvimento Social	2445/0321	Sensibilização da população gaúcha para viver bem e envelhecer melhor	Promover campanhas de sensibilização sobre a temática da pessoa idosa para a população gaúcha.	Farroupilha
Serra	1124	Justiça e Direitos Humanos	2495/0321	Vozes pela Paz: Consulta Popular para Fortalecimento dos Direitos Humanos e da Cultura de Paz nas Comunidades	Resumo da Proposta: Esta proposta visa realizar uma consulta popular participativa em comunidades urbanas e rurais com o objetivo de identificar prioridades, desafios e sugestões da população sobre direitos humanos e cultura de paz. A iniciativa pretende construir um diagnóstico social colaborativo, promovendo o diálogo entre cidadãos, organizações sociais e o poder público. A consulta será feita por meio de rodas de conversa, formulários acessíveis e espaços de escuta ativa, respeitando a diversidade cultural, étnica, religiosa e de gênero dos participantes. Os dados coletados serão sistematizados e encaminhados às autoridades competentes para subsidiar políticas públicas e ações educativas de promoção dos direitos humanos e da paz. Objetivos: Ouvir as demandas da população em relação a violações e garantias dos direitos humanos. Promover o diálogo e a escuta ativa como instrumentos de construção da paz comunitária. Mapear vulnerabilidades e propostas populares para subsidiar políticas públicas mais justas e eficazes. Fortalecer a cidadania ativa e o protagonismo das comunidades na defesa de seus direitos. Estimular ações de educação em direitos humanos a partir das realidades locais. Justificativa: Apesar dos avanços legais, muitos cidadãos ainda enfrentam violência, exclusão social e violações de direitos em suas comunidades. A ausência de canais efetivos de participação popular contribui para o afastamento entre sociedade e instituições públicas, dificultando a construção de soluções coletivas. Esta proposta parte do princípio de que a paz se constrói com justiça social, diálogo e participação cidadã. Realizar uma consulta popular sobre direitos humanos é uma forma democrática de dar voz às populações silenciadas, identificar necessidades reais e fomentar o engajamento social em ações de transformação.	Caxias do Sul



GOVERNO DO ESTADO

RIO GRANDE DO SUL

O futuro nos une.

